

NOS OLHOS DE QUEM VÊ: (MAIS) ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE INTERTEXTUALIDADE

THROUGH THE EYES OF THE BEHOLDER: (SOME MORE) CONSIDERATIONS ON THE CONCEPT OF INTERTEXTUALITY

Alvaro HATTNHER¹

RESUMO: Este trabalho procura discutir questões gerais e específicas sobre o conceito de intertextualidade, apresentando não só um breve quadro sobre a evolução do uso do conceito como elemento operacional em Estudos Literários, mas também uma reavaliação de seus contornos teóricos, com especial atenção às proposições hoje clássicas de Laurent Jenny (1979). A ideia principal que se desenvolve aqui é a de intertextualidade como ocorrência que só se manifesta por meio de uma especificidade do olhar. Além disso, são feitas algumas considerações sobre a importância dos intertextos para as novas arquiteturas textuais ou neonarrativas.

PALAVRAS-CHAVE: Intertextualidade; Leitor; Dialogismo; Neonarrativa.

ABSTRACT: General and specific issues around the concept of intertextuality are discussed. A brief description of the evolution of that concept is presented as well as a reappraisal of its theoretical outline with focus on Laurent Jenny's propositions (1979). The main idea introduced here is that of intertextuality as a textual occurrence that can only be seen through the eyes of the beholder.

KEYWORDS: Intertextuality; Reader; Dialogism; Neonarrative.

Um número significativo de estudiosos que abordam a questão da intertextualidade manifesta consenso ao afirmar que o termo teria sido usado pela primeira vez pela semiótica francesa Julia Kristeva no final da década de 1960.² É de Kristeva a proposição fundamental da noção de intertextualidade, ou seja, a de que todo texto se constrói como um mosaico de citações e é absorção e transformação de um outro texto. Nesse sentido, é importante observar, com Laurent Jenny (1979, p. 13), que “texto”, para Kristeva, torna-se sinônimo de “sistemas de signos”. Sob essa designação poderiam ser incluídas obras literárias e quaisquer outros construtos artísticos, linguagens orais e sistemas simbólicos, sociais ou inconscientes.

¹ Departamento de Letras Modernas. Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista. São José do Rio Preto, SP. Email: hattnher@ibilce.unesp.br.

² Cf. COLAPIETRO (1993, p. 123); JENNY, L (1973, p. 13); DUCROT, O., TODOROV, T., *Dicionário das ciências da linguagem*. (1982, p. 422); PERRONE-MOISÉS, L. (1990, p. 94); SAMOYAUULT (2008, p. 15). As vozes discordantes parecem ser as de GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J., (2011, p. 252) que apontam Bakhtin como introdutor do conceito de intertextualidade. Para uma discussão ampla e instigante sobre o tema da recepção de Kristeva nas academias anglo-americana e francesa, ver ORR (2003).

No entanto, pode-se afirmar que a reflexão sobre o conceito de intertextualidade remonta ao grupo dos chamados “Formalistas Russos” (particularmente V. Chklovski e J. Tynianov) e, em especial, a Mikhail Bakhtin.

No ensaio “A arte como procedimento”, de 1917, Chklovski (1978, p. 41) afirma que “quanto mais se compreende uma época, mais nos persuadimos de que as imagens consideradas como a criação de tal poeta são tomadas emprestadas de outros poetas quase que sem alteração.” Nesse mesmo ensaio, esse autor apresenta outra observação diretamente relacionada à noção de intertextualidade que temos atualmente. Para ele, o caráter estético de um objeto resulta de nossa forma de percepção desse objeto. Isto sem dúvida se relaciona à posição do leitor como elemento componente da construção intertextual do sentido. Este aspecto voltará a ser tratado mais à frente.

Por sua vez, Tynianov (1978, p. 108), valendo-se da noção de obra literária (e, por extensão, de literatura) como sistema, propõe o conceito de função construtiva da obra, ou seja, sua possibilidade de se correlacionar com outros elementos de um mesmo sistema e, conseqüentemente, com o sistema inteiro. Ao estabelecer essa noção de correlação, Tynianov antecipa, de certa forma, uma das vigas mestras do conceito de intertextualidade.

É importante também notar que Tynianov (1978, p. 117), já em 1927, ou seja, muito antes das angústias de Harold Bloom, está preocupado com a questão da “influência”. E, em uma passagem sem dúvida relevante para os estudos sobre intertextualidade, afirma que a questão cronológica sobre “quem disse primeiro” não é essencial. Pode-se observar, ainda, que não seria possível responder a essa pergunta com precisão, uma vez que fazê-lo seria determinar a existência de um “texto matriz”, o que, tendo em vista o conceito de intertextualidade, representa uma contradição de termos. Ainda assim, quando olhamos para diálogos entre textos envolvidos em processos de adaptação “simples” (a passagem de um romance para um filme, por exemplo), pode-se convencionar a existência de um texto primordial, que G. Genette (1997) chama de “hipotexto”.

Dessa forma, ao entender a literatura e, por extensão, outras formas de expressão/manifestação cultural (música, pintura, dança, etc.) como sistemas, e, ao pressupor a inerente correlação que entre eles existe, caminho rumo à ideia de que uma obra é inconcebível fora de um sistema e fora das relações que este sistema estabelece com diversos outros sistemas. Assim, as obras (ou quaisquer manifestações discursivas) não representam entidades marcadas por simetria e, por assim dizer, encarceramento,

mas, como afirma Tynianov, são caracterizadas por uma dinâmica equacionada por sinais de correlação, integração e intersecção, aproximação e distanciamento, analogia e oposição. Nesse sentido, a intertextualidade, como (inter)relação e (co)relação, representa a condição de existência da própria textualidade. Como afirmou Barthes (1975, p. 36), o intertexto é “a impossibilidade de viver fora do texto infinito”.

Os conceitos de “heteroglossia”, “polifonia” e, principalmente, “dialogismo” propostos por Bakhtin representam contribuições fundamentais para o desenvolvimento de uma teoria da intertextualidade. Além disso, como afirma R. Stam (1992, p. 14, 18), as categorias conceituais bakhtinianas revelam grande identidade “com a diferença e a alteridade, com tudo aquilo que é marginal e excluído”, mostrando-se especialmente adequadas para a análise de práticas discursivas que se posicionam como polêmicas. O pressuposto da contestação que está implícito na polêmica aponta para a prática dialógica, para o reconhecimento das relações entre o eu e o outro, para a ideia, fundamental para Bakhtin, de que a vida é vivida nas fronteiras entre a particularidade de nossa experiência individual e a experiência pessoal dos outros.

A afirmação central que norteia o conceito de dialogismo é a da existência de uma relação entre um enunciado e outros enunciados. Nesse sentido, a pressuposição de uma intersecção entre os enunciados, da existência incontestada de seu contato, demonstra a impossibilidade de seu isolamento e autossuficiência:

O enunciado está repleto dos ecos e lembranças de outros enunciados, aos quais está vinculado no interior da esfera comum da comunicação verbal. O enunciado deve ser considerado acima de tudo como uma resposta a enunciados anteriores dentro de uma dada esfera (...): refuta-os, confirma-os, completa-os, baseia-se neles, supõe-nos conhecidos e, de um modo ou de outro, conta com eles. (BAKHTIN, 1997, p. 316).

A definição de intertextualidade proposta por Kristeva, apresentada anteriormente, nada mais é que um desdobramento da concepção de dialogismo. Como nos diz Linda Hutcheon (1991, p. 165), Kristeva reelabora as noções bakhtinianas de polifonia, dialogismo e heteroglossia, as múltiplas vozes de um texto. A partir dessas ideias, ela desenvolveu uma teoria mais rigidamente formalista sobre a irredutível pluralidade de textos dentro e por trás de qualquer texto específico, desviando o foco crítico, da noção do sujeito (o autor) para a ideia de produtividade textual. Bakhtin, nas palavras de Kristeva (1978, p. 75), considera que o dialogismo “designa a escrita ao

mesmo tempo como subjetividade e como comunicatividade, ou melhor dizendo, como intertextualidade”.

Uma das questões fundamentais sobre a intertextualidade diz respeito ao controle que seria exercido sobre as relações intertextuais por um “texto centralizador” que, segundo Jenny (1973, p. 14), “detém o comando do sentido”. Mas, haveria realmente um "texto centralizador"? Caso a resposta seja positiva, se pudermos determinar uma matriz disseminadora de intertextualidade ou de ocorrências intertextuais, não estaria ela sujeita à mesma regra, ou seja, essa matriz não seria também o intertexto de outra "matriz" que lhe seria anterior?

A matriz, de qualquer forma, não existe por si só, não tem uma "existência autônoma". Assim, parece-me lícito afirmar que a matriz é sempre definida por uma relação que se estabelece entre um leitor implícito, entendido, segundo B. Abdala Jr. (1989, p. 37), como “um leitor ideal imaginado pela enunciação, com quem ela dialogará na escrita”, e um leitor real. Dessa forma, pode-se dizer que a recuperação de sentidos produzidos pela intertextualidade é marcada por uma dupla determinação, ou seja, pela associação das ocorrências vistas como intertextuais às formações discursivas temporalmente mais próximas do leitor real, eliminando as possíveis tensões entre o leitor implícito e o real, e pelo grau de diálogo existente entre esse leitor real e os “cânones” que se estabelecem no interior dos diversos sistemas. Como afirma M. Foucault (1995, p. 28), “não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância.”

A suposição da existência de um texto de origem é o que permite a Jenny falar do intertexto como uma espécie de “encruzilhada textual”, uma bifurcação na via de produção de sentido que pode levar o leitor a

ou prosseguir a leitura, vendo apenas no texto um fragmento como qualquer outro, que faz parte integrante da sintagmática do texto — ou então voltar ao texto-origem, procedendo a uma espécie de anamnese intelectual em que a referência intertextual aparece como um elemento paradigmático "deslocado" e originário de uma sintagmática esquecida. (1973, p. 21).

A primeira "alternativa" não se sustenta: se "prossigo a leitura", isso significa que em algum momento ela foi interrompida e é esse instante de interrupção que coincide com a percepção da ocorrência intertextual. Na verdade, parece-me que a primeira alternativa só pode existir na medida em que o leitor/destinatário não tem qualquer marca

de conhecimento/consciência sobre o “caminho de volta ao texto de origem”. Além disso, a referência intertextual, que assim é percebida, não pode ser considerada como “deslocada”, caso contrário ela não será “intertextual”; tampouco provém de uma “sintagmática esquecida”; melhor seria dizer que pertence a um repertório de textos passivo. A interpretação do que é intertextual não é moldada apenas pelo “texto” ou pelos textos que o constituem intertextualmente, mas também por todos os outros textos que os interpretantes trazem para o processo de interpretação (FAIRCLOUGH, 1991, p. 84-85).

Se, segundo Jenny (1973, p. 5), a apreensão do sentido e da estrutura de uma obra literária só é possível “se a relacionarmos com seus arquétipos — por sua vez abstraídos de longas séries de textos”, é possível dizer que a apreensão de sentido só é possível para o potencial portador de um vasto repertório. A posse de tal repertório (ativo ou passivo) é chamado por S. Nitrini (1997, p. 167) de “erudição do leitor”.

Se, por um lado, a intertextualidade revela-se um conceito operacional eficaz para a abordagem de “manifestações explícitas”, o mesmo não ocorre quando nos dispomos a analisar “ocorrências implícitas”. No entanto, parece-me igualmente problemático (para não dizer impossível) o estabelecimento de uma “gradação do intertexto”, ou seja, a construção de uma escala cujos pontos extremos são o implícito e o explícito.

A impossibilidade de se estabelecer tal gradação está diretamente relacionada à inviabilidade de um controle ou conhecimento dos repertórios individuais, tendo em vista seu alto grau de variabilidade. Além disso, qual seria a finalidade de se estabelecer uma “escala de intertextualidade”? Talvez determinar em que medida um texto se aproximaria das noções de “paródia” e “pastiche” (procedimentos intertextuais *per se*) e, com base nessa observação, imputar a esse texto algum tipo de expressão valorativa, na qual o maior grau de adesão parodística (maior intertextualidade) significaria menor qualidade artística.

Não me parece que essa seja uma justificativa suficiente para a existência (e tentativa de aplicação) de uma gradação da intertextualidade, uma vez que, se continuarmos a usar a paródia como exemplário, poderíamos nos ver diante da necessidade de estabelecer uma “gradação dentro da gradação”, ou seja, a determinação de níveis distintos e hierarquizados de construções parodísticas.

A defesa da noção de que, quanto maior for a presença de intertextualidade, menor seria o valor “literário” ou “cultural” de um texto sem dúvida serviria para apoiar muitas teses dos detratores de diversas manifestações artísticas contemporâneas, em

especial aquelas que poderíamos chamar de “pós-modernas”. Situando-me na contramão desse posicionamento, parece-me que uma das melhores características de um sem-número de textos que poderiam ser considerados pós-modernos é exatamente o alto grau de intertextualidade que apresentam. Acredito que sejam as ocorrências intertextuais que transformam algumas expressões do pós-modernismo “recente” em lugares de infinita recombinação de (inter)textos, os “nós na rede” de que falava Foucault (1995, p. 26). Como já propus em outra ocasião (HATTNER, 2010, p. 12), os procedimentos e estratégias intertextuais contribuem enormemente para a manutenção e/ou reciclagem de uma memória cultural que poderia se perder em universo textual que só tende a aumentar cada vez mais.

Essas expressões incluem o conjunto das novas arquiteturas textuais e aquilo que chamo de “neonarrativas”, isto é, as formas/suportes/produtos que se caracterizam não só pela expressão de um narrar que se constitui por meio do jogo intertextual contínuo, mas também por um altíssimo grau de interatividade por parte do leitor/usuário/consumidor. A construção do sentido (e da narratividade) nos textos que podem ser considerados neonarrativas apoia-se em uma acumulação de “marcas” constitutivas que são essenciais para a transposição, ou adaptação, de tais textos para outros suportes.

De fato, vivemos em uma era de convergência midiática, na qual a integração de múltiplos textos cria uma narrativa tão ampla que não pode ser contida em um único meio. Dessa forma, a noção de neonarrativa coaduna-se com aquilo que Henry Jenkins (2008, p. 98) chama de “um narrar transmidiático” (*transmedia storytelling*). Uma narrativa transmidiática se estabelece por meio de sua expressão em múltiplos suportes textuais, e cada novo texto representa uma nova e valiosa contribuição para o todo. Assim, uma história pode ser apresentada originalmente em um filme e expandida por meio de narrativas gráficas, novelizações, videogames e diversos outros suportes textuais.

Um exemplo bastante evidente desse procedimento é a saga *Star Wars*. Iniciada em 1999, em um projeto originalmente concebido para ser composto por três trilógicas, das quais apenas as duas iniciais foram lançadas até agora, a neonarrativa *Star Wars* constituiu-se em um universo narrativo transmidiático, no qual todos seus desdobramentos apresentam absoluta coerência temática e cronológica. A elaboração desses desdobramentos se dá não só pela extensão das narrativas “básicas” apresentadas pelos filmes, mas também por uma transferência de foco dos protagonistas do eixo narrativo fundamental estabelecido pelos filmes para personagens secundários ou até então desconhecidos, cujas histórias são igualmente fascinantes e se desenvolvem em

outros suportes: novelizações, narrativas gráficas, videogames, etc. Narrativas dessa natureza, que contêm a criação de “mundos” variados, são lugares textuais extremamente férteis para a multiplicação de possibilidades de desdobramento em adaptações em diversas arquiteturas textuais.

Os vetores midiáticos presentes na observação de neonarrativas podem ser os mais diversos e, em alguns casos, seus entrecruzamentos e recombinações podem vir a constituir uma regularidade textual potencialmente indicativa de um gênero.

Parece-me importante ressaltar também que, pela mediação da intertextualidade, no processo em que os textos são construídos por meio de outros textos, é preciso levar em consideração as circunstâncias sociais que possibilitam a ocorrência dessa construção. Todo texto representa, simultaneamente, uma instância tanto de uma prática discursiva quanto de uma prática social. Na passagem do texto à condição de discurso, este passa não só a refletir e a representar as entidades e relações sociais, mas também a ser componente inseparável de sua construção e constituição (FAIRCLOUGH, 1991).

Assim, pode-se falar não só em uma inter-relação das práticas discursivas, mas também em uma interdependência entre essas práticas no interior de uma instituição ou da própria sociedade. Os textos baseiam-se em outros textos e, ao mesmo tempo, transformam-nos, sejam eles contemporâneos ou historicamente anteriores. Da mesma forma, as práticas discursivas são geradas pela combinação de outras e sua definição é determinada pelas relações que se estabelecem entre elas, sejam essas relações polêmicas ou contratuais, contestando ou não as práticas e relações hegemônicas existentes.

Para além dessas observações, que parecem ser mais uma tentativa de “antidefinição” da intertextualidade, é fundamental pensar no dinamismo que as ocorrências intertextuais imprimem aos textos. A intertextualidade revela-se como a possibilidade de “não-fossilização” do sentido, “a recusa do ponto final que poderia fechar o sentido e paralisar a forma” (JENNY, 1973, p. 46).

A intertextualidade traz dinamismo aos textos já que ao percebermos o elemento intertextual estamos aceitando dar prosseguimento ao texto, em um processo de construção de sua continuidade. Portanto, interpretar o intertextual não se resume a interpretar apenas o texto ou os textos que o constituem, mas sim todos os outros que o interpretante traz para esse processo. Assim, a apreensão do sentido só é possível para o portador de um vasto repertório discursivo.

O momento de percepção da intertextualidade (que é o momento de sua constituição enquanto tal) representa a aceitação do convite (ou tentativa de sedução) para

dar prosseguimento ao texto, em um processo que implica o reconhecimento de sua incompletude e a construção de sua continuidade. O que conduz à ideia de que as ocorrências do intertexto podem ser partilhadas ou não. No segundo caso, nada há para ser visto, a não ser um vácuo de sentidos. Em algum momento no processo de relação que estabelece com os textos, o leitor/espectador/ouvinte/jogador poderá preencher os vazios e os intertextos ganham existência. Mas apenas nos olhos de quem vê.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. Trad. Maria Ermantina G. G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BARTHES, R. *The Pleasure of the Text*. Trad. Richard Miller. New York: Hill & Wang, 1975.
- CHKLOVSKI, V. A arte como procedimento. In: TOLEDO, D. O. *Teoria da literatura: formalistas russos*. 4. ed. Porto Alegre: Globo, 1978. p. 39-56.
- COLAPIETRO, V. *Glossary of Semiotics*. New York: Paragon House, 1993.
- DUCROT, O.; TODOROV, T. *Dicionário das ciências da linguagem*. 6. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1982.
- FAIRCLOUGH, N. *Discourse and Social Change*. Cambridge: Polity Press, 1991.
- FIORIN, J. L. Polifonia textual e discursiva. In: BARROS, D. L. P.; FIORIN, J. L. (Orgs.) *Dialogismo, polifonia, intertextualidade: em torno de Bakhtin*. São Paulo: EDUSP, 1994. p. 30-43.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 4. ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- GENETTE, G. *Palimpsests: Literature in the Second Degree*. Lincoln: University of Nebraska Press, 1997.
- GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. Trad. Alceu Dias Lima et. al. São Paulo: Contexto, 2011.
- HATTNER, A. Pós-modernismo e cultura popular: algumas observações. *Cadernos de Estudos Culturais*, v. 2, n. 3, p. 9-14, 2010.
- HUTCHEON, L. *Poética do Pós Modernismo*. Trad. Ricardo Cruz. São Paulo: Imago, 1991.
- JENNY, L. A estratégia da forma. In: JENNY, L. et al. *Intertextualidades* ('Poétique' n. 27). Coimbra: Almedina, 1973.
- KRISTEVA, J. *Semiótica do romance*. Trad. Fernando C. Martins. Lisboa: Arcádia, 1978.
- NITRINI, S. Conceitos fundamentais: intertextualidade. In: _____. *Literatura comparada*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997. p. 157-167.
- PERRONE-MOISÉS, L. Literatura comparada, intertexto e antropofagia. In: _____. *Flores na escrivantina*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 88-99.
- STAM, R. *Bakhtin: da teoria literária à cultura de massa*. Trad. Heloísa Jahn. São Paulo: Ática, 1992.
- TYNIANOV, J. Da evolução literária. In: TOLEDO, D. O. *Teoria da literatura: formalistas russos*. 4. ed. Porto Alegre: Globo, 1978. p. 108-118.